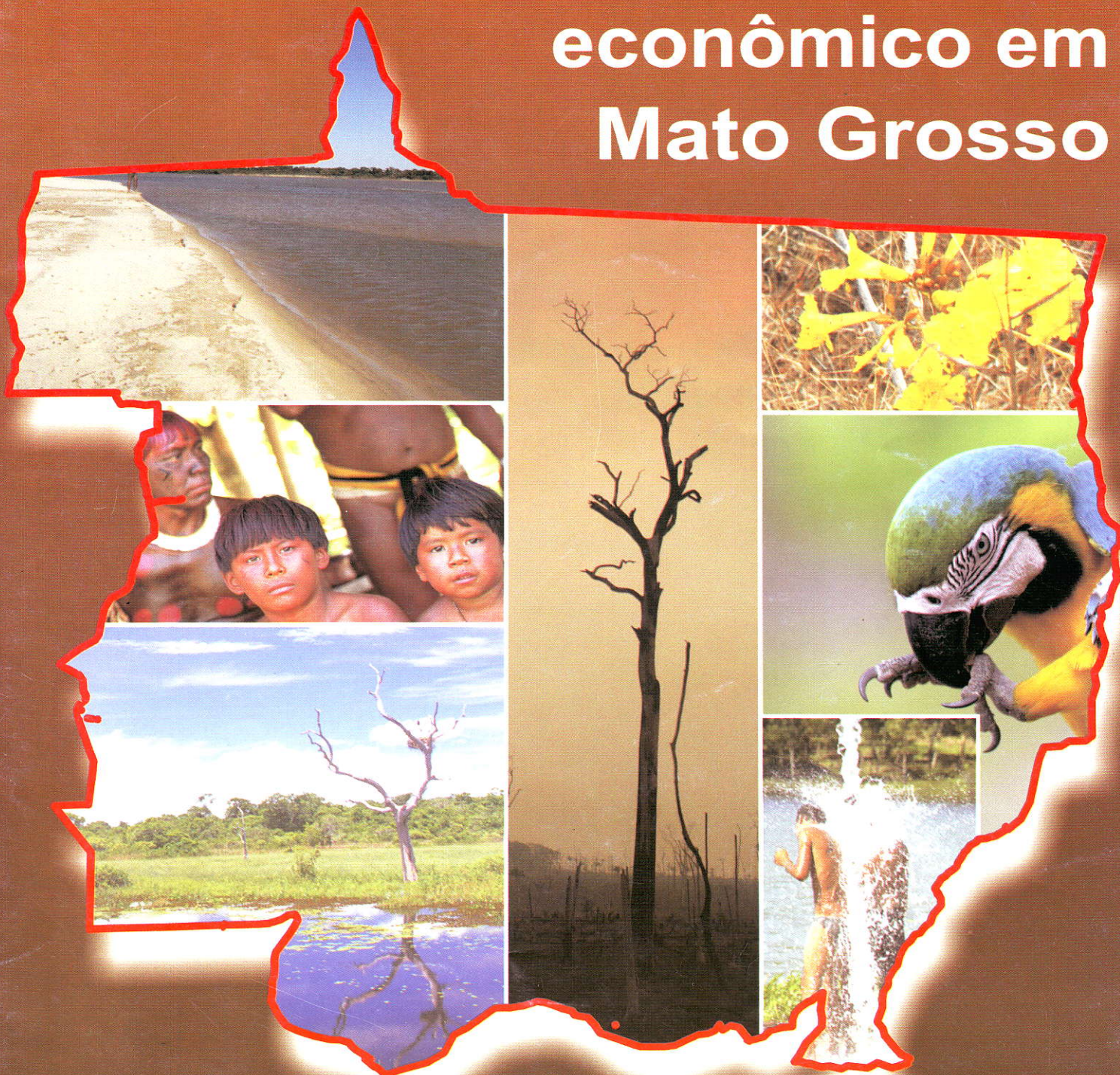


## Modelo de desenvolvimento econômico em Mato Grosso





# Mato Grosso precisa de Políticas Socioambientais

Márcio Santilli

O Estado de Mato Grosso vem apresentando um acentuado e contínuo crescimento econômico ao longo da última década, mesmo durante períodos em que a economia brasileira esteve em recessão. O Estado mantém um PIB fortemente composto pela atividade agropecuária e vem sendo, historicamente, um dos principais pólos de expansão do agronegócio no Brasil.

Anos atípicos de alta nos preços internacionais da soja e de outras *commodities* agrícolas alavancaram a mecanização no campo, especialmente nas áreas mais planas, em grande medida coincidentes com a região de Cerrado. Houve forte valorização do preço da terra, com processos de conversão de áreas antes ocupadas pela pecuária para a agricultura de exportação. Com isso, a fronteira agrícola expandiu-se para o norte, incrementando os índices de desmatamento da Amazônia Legal Brasileira.

Evidentemente, a expansão da fronteira agrícola não é o único passivo ambiental do Mato Grosso. Até hoje estão expostas as seqüelas deixadas pelo garimpo

predatório que deu origem a vários municípios. As políticas federais de concessão de terras e colonização também se basearam, durante décadas, na comprovação da ocupação pelo desmatamento. O Estado viveu o mesmo intenso processo de urbanização que marcou o Brasil das últimas décadas, além das migrações regionais, e que está visível nas condições do meio ambiente urbano, em especial na degradação da qualidade de vida nas cidades. A situação do saneamento básico – provimento de água potável, serviços de coleta de esgoto, tratamento do lixo, canalização de águas pluviais – é muito precária no Estado e não tem melhorado na proporção do crescimento econômico conquistado.

Por sua vez, o desejado crescimento também não se refletiu linearmente na melhoria dos indicadores sociais. Se aumentou a oferta de vagas nas escolas e de serviços de saúde, ainda ocorrem índices alarmantes de mortalidade infantil e há falta de mão-de-obra especializada em vários setores. Se o agronegócio ampliou a oferta de empregos registrados na atividade rural, também promoveu migrações para os centros urbanos e a concentração da propriedade da terra em poucas mãos. A composição do índice de desmatamento na Amazônia. No pico histórico observado em 1994-95, em que mais de 29 mil km<sup>2</sup> de florestas foram derrubados em toda a Amazônia, 10.391 km<sup>2</sup> estavam no Mato Grosso, o equivalente a cerca de 35% do desmatamento total. Aquele recorde para a Amazônia ainda não foi superado, tendo havido uma queda nos anos seguintes sucedida de uma nova ascensão, até a projeção recentemente divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de que mais de 26 mil km<sup>2</sup> teriam sido desmatados em 2003-04. O recorde mato-grossense de 1994-95, superado em 2002-03 com a marca dos 10.458 km<sup>2</sup>, atingiu, porém, os 12,5 mil km<sup>2</sup> em 2003-04, com a elevação para 48% da participação do Mato Grosso na composição geral do índice.

## Desmatamento

No entanto, é a questão do desmatamento, no âmbito das políticas socioambientais, que vem colocando o Mato Grosso em evidência nos planos nacional e internacional. O que espanta não é o desmatamento em si, prática de tradição histórica em todo o País desde os tempos do Pau-Brasil, que nos deu nome. É o ritmo que impressiona, movido pelo capital acumulado oriundo das atividades agrícolas e pela disseminação de tecnologias que operam até em tempos de chuva. Neste quadro, o crescimento dos desmates ilegais põe em xeque a eficácia e a vontade política em operar os instrumentos de controle ambiental existentes.

Vale ressaltar o papel crescente do Mato Grosso na

## DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

Desflorestamento em km<sup>2</sup>/ano de 1978 a 2003

| Estados da Amazônia | 77/88        | 88/89        | 89/90        | 90/91        | 91/92        | 92/94        | 94/95        | 95/96        | 96/97        | 97/98        | 98/99        | 99/00        | 00/01        | 01/02        | 02/03        | 03/04        | (*)       |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|
| Acre                | 620          | 540          | 550          | 380          | 400          | 482          | 1208         | 433          | 358          | 536          | 441          | 547          | 419          | 727          | 978          | 803          | -18%      |
| Amapá               | 60           | 130          | 250          | 410          | 36           |              | 9            | 18           | 30           |              |              | 7            |              | 4            |              |              |           |
| Amazonas            | 1510         | 1180         | 520          | 980          | 799          | 370          | 2114         | 1023         | 589          | 670          | 720          | 612          | 634          | 1016         | 1734         | 1054         | -39%      |
| Maranhão            | 2450         | 1420         | 1100         | 670          | 1135         | 372          | 1745         | 1061         | 409          | 1012         | 1230         | 1065         | 958          | 1330         | 986          | 725          | -26%      |
| Mato Grosso         | 5140         | 5960         | 4020         | 2840         | 4674         | 6220         | 10391        | 6543         | 5271         | 6466         | 6963         | 6369         | 7703         | 7578         | 10458        | 12586        | 20%       |
| Pará                | 6990         | 5750         | 4890         | 3780         | 3787         | 4284         | 7845         | 6135         | 4139         | 5829         | 5111         | 6671         | 5237         | 8697         | 6880         | 6724         | -2%       |
| Rondônia            | 2340         | 1430         | 1670         | 1110         | 2265         | 2595         | 4730         | 2432         | 1986         | 2041         | 2358         | 2465         | 2673         | 3605         | 3369         | 4141         | 23%       |
| Roraima             | 290          | 630          | 150          | 420          | 281          | 240          | 220          | 214          | 184          | 223          | 220          | 253          | 345          | 54           | 3            |              |           |
| Tocantins           | 1650         | 730          | 580          | 440          | 409          | 333          | 797          | 320          | 273          | 576          | 216          | 244          | 189          | 259          | 190          | 107          | -44%      |
| <b>Amazônia</b>     | <b>21050</b> | <b>17770</b> | <b>13730</b> | <b>11030</b> | <b>13786</b> | <b>14896</b> | <b>29059</b> | <b>18161</b> | <b>13227</b> | <b>17383</b> | <b>17259</b> | <b>18226</b> | <b>18165</b> | <b>23266</b> | <b>24602</b> | <b>26140</b> | <b>6%</b> |
| Outras UFs          | 6580         | 4630         | 3150         | 3300         | 3060         | 1797         | 6093         | 3051         | 1831         | 3047         | 2827         | 2721         | 2552         | 3386         | 3895         | 2689         |           |

\* Década  
\*\* Biênio

(\*) Estimativa



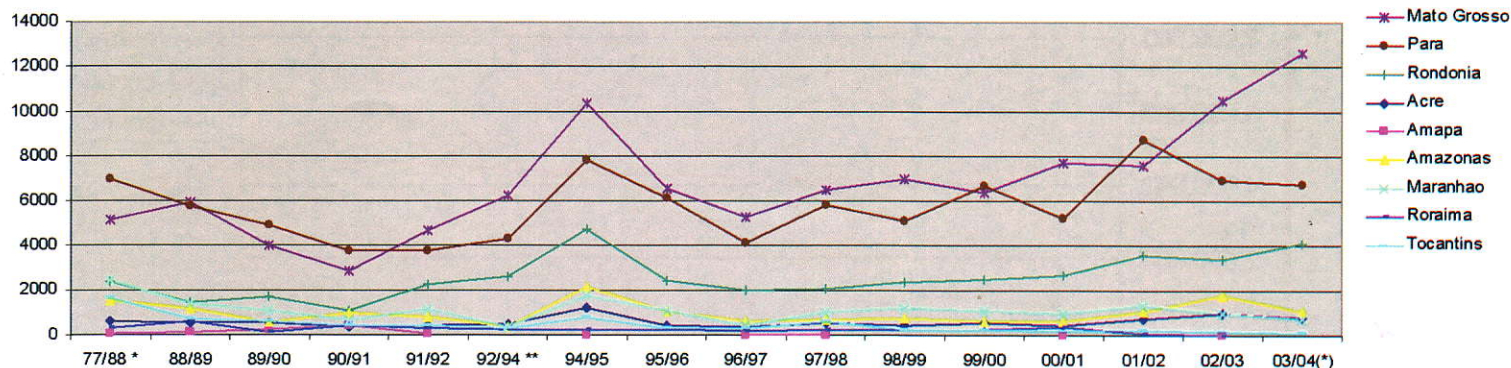
A análise da série histórica de dados sobre desmatamento disponibilizados pelo Inpe mostra o impacto progressivo da expansão agrícola sobre a região

de floresta no Estado. São dados que não abarcam o desmatamento na região de Cerrado ou o seu avanço sobre os rios formadores do Pantanal

Mato-grossense. Portanto, os desmates monitorados pelo Inpe já se referem ao desdobramento ulterior daquela expansão, rumo ao norte.

## Participação dos Estados na composição da taxa regional

Taxas de desmatamento na Amazônia de 1978 a 2003 (km<sup>2</sup>/ano)



A sequência de dados mais recentes produzidos pela Fundação Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso (Fema) tem a vantagem com-

parativa de informar sobre o desmatamento em outros biomas representados no Estado. A partir daí, constata-se que o "boom" agrícola

pressiona mais o Cerrado que a própria floresta. Ou seja, a pressão opera num vetor de fora para dentro da porção amazônica de Mato Grosso.

## Desmatamento em Mato Grosso de 1999 a 2004 (em ha)

| ecossistema | desmatamento até 1999 | desmatamento de 2000-2001 | desmatamento 2002 | desmatamento 2003 | desmatamento 2004 |
|-------------|-----------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Cerrado     | 12.070.206            | 348.421                   | 199.920           | 597.157           | 44.801            |
| contatos    | 3.977.264             | 227.861                   | 118.272           | 358.252           | 113.301           |
| Floresta    | 9.836.126             | 734.876                   | 482.870           | 1.135.950         | 749.833           |

OBS:

- considerar que o INPE mapeia apenas áreas com fisionomia de floresta independente da classificação do IBGE ou do RadamBrasil
- a divisão por ecossistema foi feita com base no mapa do RadamBrasil, uma das fontes de tipologia vegetal da FEMA.

só para referência!

### ACUMULADO

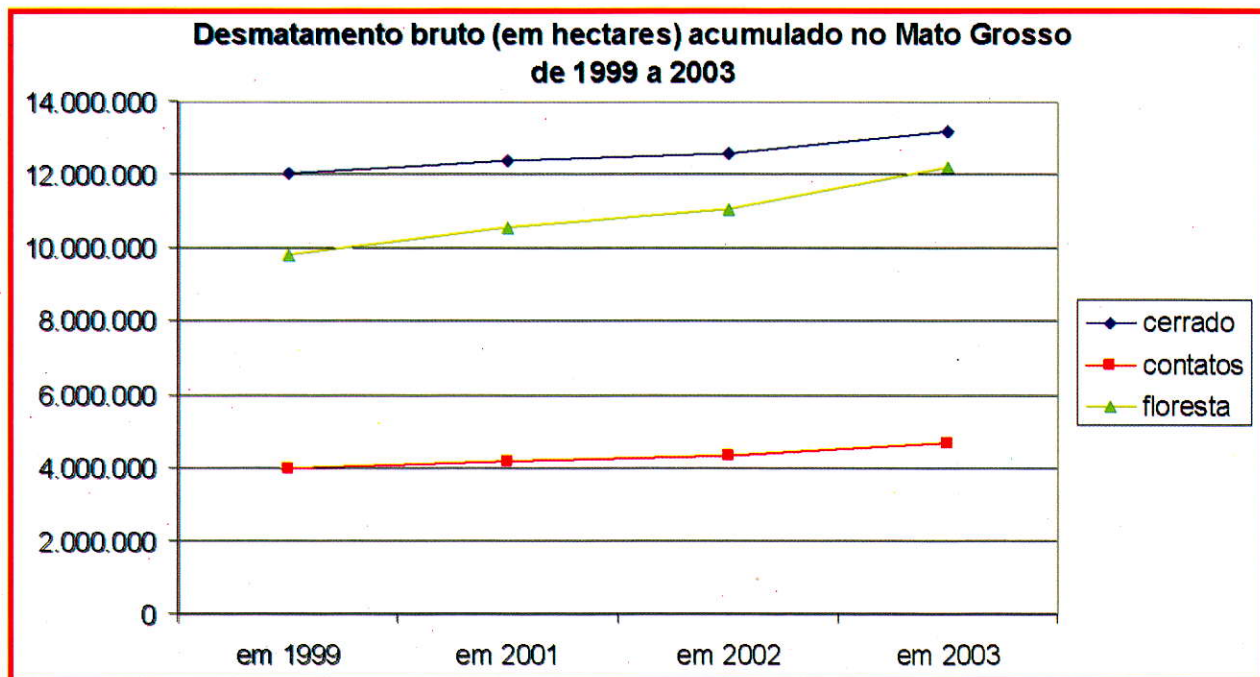
| ecossistema | em 1999    | Em 2001    | em 2002    | em 2003    |
|-------------|------------|------------|------------|------------|
| Cerrado     | 12.070.206 | 12.418.627 | 12.618.547 | 13.215.703 |
| contatos    | 3.977.264  | 4.205.125  | 4.323.397  | 4.681.650  |
| Floresta    | 9.836.126  | 10.571.002 | 11.053.873 | 12.189.822 |

Embora a extensão desmatada em região de Cerrado siga sendo maior, a progressão do desmatamento em região de floresta cresce, talvez indicando a mais próxima exaustão da possibilidade de expansão agrícola no Cerrado. Mas o indicativo principal é a explosão do desmatamento em todo o Estado.





## Evolução do desmatamento por ecossistema em MT



Por um lado, é evidente a correlação entre a extensão desmatada e o crescimento do PIB agrícola. Por outro, os dados demonstram a existência de certo controle do ritmo do desmatamento entre 1998 e 2001, período em que o PIB seguiu crescente, concomitantemente à implantação do sistema de licenciamento ambiental de grandes propriedades rurais. Porém, a partir de 2002 (ano eleitoral), o desmatamento ultrapassou o recorde histórico do próprio Mato Grosso. A estimativa mais recente do Inpe para 2003-2004 indica que a tendência se agravou no atual governo. Assim, o Estado perdeu sua vantagem comparativa em consequência do afrouxamento dos mesmos instrumentos de controle.

### Impacto local

O desmatamento de grandes extensões contínuas e, particularmente, quando praticado de forma ilegal, sem qualquer controle ou planejamento, permite a expansão de pastos e lavouras, mas desencadeia processos de erosão, compactação e perda da fertilidade natural dos solos. Parte das áreas abertas no passado recente encontra-se degradada e subutilizada economicamente. Porém, não há políticas que priorizem a

reocupação dessas áreas em relação à abertura de novas. Com isso, algumas regiões regridem e parte da população migra para outras frentes de expansão.

Ocorre, ainda, a degradação de nascentes, matas ciliares e outras áreas de proteção permanente, afetando diretamente a qualidade das águas dos rios, facilitando a sua contaminação por agrotóxicos e outros insumos utilizados na agricultura. Em outubro de 2004, a Fema estimou que mais de um milhão de hectares de matas ciliares encontram-se degradados em todo o Estado. Essa situação afeta especialmente as populações que se abastecem de água não tratada.

Também se observa uma correlação direta entre os índices de desmatamento e os focos de fogo detectados por satélite, no que o Mato Grosso também tem sido campeão. Por sua vez, a concentração de queimadas nos meses de seca mantém uma espessa camada de fumaça sobre grande parte do Estado, determinando, por vezes, a suspensão do tráfego aéreo e a redução da visibilidade nas estradas. O comprometimento da qualidade do ar implica o aumento das enfermidades respiratórias em várias cidades, afetando especialmente a saúde das crianças.

Pouco se aproveita economicamente da massa florestal desvitalizada. Em geral, somente as madeiras nobres são aproveitadas e, ainda assim, por sua mera extração, sem qualquer sentido de manejo florestal (mesmo quando se cumprem, burocraticamente, os trâmites de planos de manejo nos órgãos ambientais). Às perdas em biodiversidade, soma-se o não uso econômico de diversos produtos florestais destruídos pelo fogo. O cálculo dos ganhos de produtividade agrícola não considera essas perdas, que se diluem para o conjunto da população.

Há que se considerar ainda que o desmatamento anda de mãos dadas com a grilagem de terras públicas, com o aumento da violência de grileiros contra posseiros e trabalhadores rurais pobres e com a sustentação de esquemas criminosos de corrupção que permeiam os vários níveis da administração pública, como bem demonstrou a recente Operação Curupira, drenando recursos que seriam preciosos para melhorar as condições de vida da população num contexto de fortes restrições fiscais.

Os efeitos do desmatamento sobre os micro-climas regionais são sensíveis ao provocarem alterações nos regimes de chuvas, voltando-se



como um bumerangue sobre o setor agrícola. Estudos recentes indicam, ainda, que o desmatamento no sul da Amazônia pode estar afetando as condições climáticas de outras regiões do centro-sul do Brasil.

### Impacto global

Além de não interessar à maioria da população local, o desmatamento provoca efeitos em escala global. Na Amazônia, constitui o principal fator na composição das emissões brasileiras de gases de efeito estufa, que provocam as chamadas mudanças climáticas globais e o aquecimento da temperatura média do planeta. Internacionalmente, o efeito estufa é provocado majoritariamente (75% a 80%) pela queima de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural. A supressão de florestas e os usos inadequados do solo respondem pelos 25% restantes. Porém, a composição das emissões brasileiras é invertida em relação às emissões globais: mais de 70% são decorrentes do desmatamento na Amazônia, segundo o inventário oficial de emissões produzido pelo governo brasileiro.

Além disso, o aumento estonteante dos índices de desmatamento na Amazônia coloca o Brasil entre os cinco maiores poluidores atuais da atmosfera terrestre. Nos anos 1990, o País já era objeto de crítica internacional em consequência da média de 18 mil km<sup>2</sup> de florestas desmatados ao ano, que representavam emissões da ordem de 200 milhões de toneladas líquidas de carbono. Na primeira metade desta década, a média anual se aproxima dos 25 mil km<sup>2</sup>. A persistir a tendência, o volume adicional de carbono liberado na atmosfera pelo desmatamento na Amazônia poderá anular até a metade dos ganhos esperados em reduções globais de emissões caso venham a ser cumpridas as metas estabelecidas pelo Protocolo de Quioto, tratado internacional que visa diminuir a emissão de gases poluentes.

Como se sabe, as metas de Quioto são quase irrisórias diante do que a comunidade científica interna-

cional estima que seja preciso reduzir em emissões para se tentar estabilizar as condições do clima mundial. No entanto, para fixá-las foi necessária mais do que uma década de complexas negociações no âmbito da ONU. As reduções previstas, em média de 5,2% em relação aos níveis de emissões de 1990, devem ser efetivadas pelos países desenvolvidos, que são os principais emissores históricos de gases de efeito estufa. O Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, não têm metas obrigatórias de redução de emissões a cumprir, embora já se inclua entre os maiores emissores atuais. No entanto, se os níveis de emissão aumentam irresponsavelmente, eles podem comprometer a eficácia do resultado para o clima mundial das reduções que se espera sejam efetivadas pelos países desenvolvidos.

A escalada do desmatamento coloca o País na defensiva no plano externo, justamente em relação às mudanças climáticas globais, cuja Convenção Internacional foi assinada pelos chefes de estado no Brasil, durante a Rio 92. Durante a conferência, nossa diplomacia desempenhou papel ativo na definição do Protocolo de Quioto, na inserção do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), na sua ratificação e entrada em vigor. A escalada da participação do Mato Grosso na composição do índice de desmatamento da Amazônia coloca a produção agropecuária do Estado no centro da questão. Com isto, compromete-se a competitividade de parte importante dessa produção que se volta para o mercado internacional, particularmente para os mercados europeus.

### A quem interessa o desmatamento?

Uma análise mais imediatista tende a identificar os proprietários de terra ligados ao agronegócio como os principais beneficiários do desmatamento no Estado, em decorrência dos lucros que auferem com o aumento da produção obtido com a expansão da fronteira agrícola. No entanto, os impactos locais da agri-



cultura intensiva afetam a qualidade ambiental das propriedades rurais constituídas, com passivos crescentes no médio e no longo prazo. Da mesma forma, é essa produção destinada ao mercado internacional que está mais vulnerável às consequências da repercussão planetária que o aumento do desmatamento provoca. Os grileiros que abrem novas fronteiras em região de floresta parecem ser os grandes beneficiários do negócio, pois logram passar o "mico" do passivo acumulado aos agricultores que se dispuseram a comprar essas terras.

As políticas socioambientais vêm ocupando um papel de crescente importância para a definição e sustentação de qualquer projeto político nacional ou regional. Municípios, Estados, nações e organismos internacionais multilaterais esforçam-se para incorporar essa variável, ainda que no plano da sua retórica oficial. A crise ambiental do planeta já cobra e cobrará preços crescentes dos atores políticos e sociais, cuja responsabilidade não pode ser mais oculta. No âmbito nacional, e amazônico, nenhum Estado poderá deixar de





construir tais políticas.

O Mato Grosso já aproveitou melhor, no passado, as oportunidades de apoio federal, ou da cooperação internacional, para buscar estruturar o seu órgão ambiental e mecanismos inovadores de controle, que depois foram afrouxados. E é precisamente a sua condição de liderança na produção agropecuária que cobra, com mais vigor e intensidade, a necessidade de políticas socioambientais consistentes. Diferentemente de outros estados da Amazônia, o Mato Grosso dispõe de uma base produtiva e fundiária mais consolidada e de capacidade técnica suficiente para definir e implementar políticas socioambientais mais sólidas.

No entanto, parece que toda a sua sociedade permanece prisioneira da lógica perversa que marca a atuação das frentes de grilagem nas regiões de fronteira, já que, não adianta se iludir, todos pagarão pelo passivo por elas gerado. O Mato Grosso ainda dispõe de ativos florestais suficientes para bancar boa parte dos passivos acumulados, potencializando o uso de mecanismos legais já existentes. Se prosseguir o desmatamento descontrolado, estes ativos deixaram de existir, sobrando um imenso custo de recuperação para as futuras gerações.

Aos mato-grossenses compete definir as políticas socioambientais que devem ser desenvolvidas, mas duas coisas são certas: é preciso estancar a sangria promovida pelas frentes de grilagem que ainda atuam no Estado fomentando o desmatamento ilegal e é preciso encontrar soluções criativas que permitam recuperar o passivo acumulado, com a participação de todos os setores interessados, segundo a responsabilidade diferenciada de cada um e com o menor custo possível.

#### Márcio Santilli

Formado em filosofia, foi deputado federal (1983-1986), presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), sócio-fundador e secretário-executivo do Instituto Socioambiental (ISA). Atualmente, é coordenador da campanha 'Y Ikatu Xingu, cuja idéia mobilizadora é preservar e recuperar as nascentes e as matas ciliares do Rio Xingu em Mato Grosso.